

Comissão de Orçamento restabelece subvenções

Telefoto de Luiz Antônio

BRASÍLIA — A Comissão Mista de Orçamento do Congresso aprovou ontem resolução destinando CZ\$ 2,87 milhões para cada parlamentar, a título de subvenções sociais, que haviam sido retiradas do Legislativo pela "Operação Desmonte" da Seplan.

O restabelecimento das verbas, que figuraram no Orçamento da União durante 40 anos, foi a primeira decisão da Comissão a respalda-se nos poderes a ela atribuídos pela nova Constituição, já que a de 1969 proibia ao Legislativo a criação de despesas. E através dessas subvenções que os parlamentares, principalmente dos Estados mais pobres, atendem a algumas necessidades do seu eleitorado, criando vínculos clientelistas.

Este foi o tema que mais polémica suscitou, até agora, entre os 60 membros da Comissão. A grande maioria, porém, já se manifestara, desde o início, favoravelmente à sua manutenção. Destacou-se nesta posição, seu Presidente, Deputado Cid Carvalho (PMDB-MA). Para ele, aceitar a extinção proposta pela Seplan significaria admitir que estas verbas eram estranhas ao processo legislativo.



Cid Carvalho (à direita) e Almir Gabriel, na Comissão de Orçamento

Seus adversários argumentavam que a distribuição de subvenções sociais é uma prerrogativa específica do Executivo, mas foram amplamente derrotados, conseguindo apenas seis votos — os dos Deputados João Agripino (PMDB-PB), Max Rosemann (PMDB-PR), Irma Passoni (PT-SP), Marcos Queiroz (PMDB-PE), Maria de Lourdes Abadia (PSDB-

DF) e Jofran Frejat (PFL-DF).

A Comissão vai decidir, agora, de onde virão os recursos para as subvenções do Legislativo. Segundo o Relator Geral do Orçamento, Senador Almir Gabriel (PMDB-PA), o mais provável é que a Comissão lance mão de verbas do Executivo destinadas às subvenções sociais da União. Mas garantiu que, com certeza, os recursos

destinados às subvenções do Executivo nas áreas de Educação e Saúde serão mantidos.

A Comissão alterou também o cronograma de trabalho, dilatando em quatro dias o prazo para a apresentação de emendas ao projeto de lei orçamentária, que poderão ser encaminhadas à Secretaria até o dia 18. Em consequência, foi prorrogado pelo mesmo período o prazo para os 36 sub-relatores apresentarem seus pareceres. O prazo do Relator não foi, porém, alterado, permanecendo o dia 3 como limite.

Os 31 assessores especiais de orçamento e finanças públicas que auxiliarão a Comissão foram diplomados ontem, em cerimônia no Plenário do Senado. Eles foram formados pela Fundação Getúlio Vargas do Distrito Federal, a um custo de CZ\$ 23 milhões. Um é funcionário do TCU, um da Câmara e os demais são do Senado Federal.

O Deputado Cid Carvalho indicou ontem também os sub-relatores para os anexos referentes aos Ministérios da Justiça e da Ciência e Tecnologia, o Deputado Jorge Arbage (PDS-PA) e o Senador Severo Gomes (PMDB-SP).